

N. F. Nº - 225080.0026/20-9
NOTIFICADO - ANC MOREIRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
NOTIFICANTE- LUCIDALVA ROCHA VIANA
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 12.03.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0041-05/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. VÍCIOS FORMAIS DE PROCEDIMENTO. Não foram observados os aspectos formais que devem revestir qualquer ato administrativo. Notificação Fiscal lavrada pela fiscalização de mercadorias em trânsito. A ação fiscal não se materializa como fiscalização de mercadorias em trânsito, e sim, fiscalização em estabelecimento para verificação de fatos pretéritos. Representação à autoridade competente para refazimento da ação fiscal, a salvo das falhas apontadas. Notificação Fiscal NULA. Decisão unânime.

Trata-se de lançamento de ICMS, mediante notificação fiscal lavrada no trânsito de mercadorias em 16.07.2020, no valor histórico de R\$ 7.292,00 acrescido de multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

O notificado apresentou impugnação ao lançamento às fls. 56//112, contudo sem nenhum texto explicativo, apenas com documentos comprobatórios de recolhimentos e diversos DANFE.

Não há informação fiscal.

VOTO

Trata-se de lançamento de antecipação parcial do ICMS em que não há um termo de ocorrência, mas um documento da CENTRAL DE OPERAÇÕES ESTADUAIS – COE, monitoramento acerca de operação de circulação de mercadorias com viés de risco de sonegação.

Os demonstrativos trazem DANFE de 12.06.2020, 19.06.2020, 22.06.2020, 23.06.2020, 30.06.2020, 01.07.2020, 02.07.2020, 07.07.2020, 08.07.2020, 09.07.2020 e 10.07.2020 e o valor do lançamento se concentra em uma única data de 16.07.2020, o que comprova não ter sido uma ação de trânsito de mercadorias, e o modelo da notificação completamente inadequado, já que possui uma única data de fato gerador, para diversas datas de fatos geradores, até de meses diferentes.

A jurisprudência deste Conselho, incluindo esta Junta tem confirmado a nulidade destes lançamentos, conforme decisão abaixo na sessão de 12.12.2024:

N.F. Nº - 921060.9112/15-4 NOTIFICADO - ANTÔNIO LIMA NASCIMENTO 01107979579 NOTIFICANTE - MARCO ANTÔNIO GUALBERTO CARVALHO ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ VALE DO SÃO FRANCISCO PUBLICAÇÃO - INTERNET – 08.01.2025

À vista disto, no caso em exame das peças inseridas neste processo, não há como se consubstanciar qual tipo de ação fiscalizatória que consumou a lavratura da Notificação Fiscal. Apesar do modelo utilizado para a lavratura da Notificação ter sido o de “Notificação Fiscal – Trânsito de Mercadorias”, não há nos autos documentação comprobatória da instantaneidade da atividade de trânsito de mercadorias, quais sejam ao menos cópias dos DANFES impressos pelo emitente da NF-e, antes da circulação da mercadoria, trazidos ou não pelo transportador, bem como cópia da identificação do transportador, sendo estes solidários em casos específicos da legislação.

Não foram observados os aspectos formais que devem revestir qualquer ato administrativo. Notificação Fiscal lavrada pela fiscalização de mercadorias em trânsito. A ação fiscal não se materializa como fiscalização de mercadorias em trânsito, e sim, fiscalização em estabelecimento para verificação de fatos pretéritos. Representação à autoridade competente para refazimento da ação fiscal, a salvo das falhas apontadas. Notificação Fiscal NULA, conforme dispõe o inciso II e § 1º do art. 18 do RPAF BA/99. Decisão unânime.

Além disso, a descrição da infração se reporta à antecipação tributária parcial, mas os demonstrativos calculam o imposto sobre antecipação tributária total, com diversas MVA, por se tratar de materiais de construção submetidas à substituição tributária total, o que implica em descompasso entre a descrição do fato gerador e a comprovação da infração que foi efetivamente imputada.

Face ao exposto, voto pela NULIDADE da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar NULA a Notificação Fiscal nº 225080.0026/20-9, lavrado contra ANC MOREIRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 19 de fevereiro de 2025.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR